



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-12 – Informação, Estudos Étnicos - Raciais, Gênero e Diversidades

LIMÍTROFES INFORMACIONAIS DA LESBIANIDADE NO SNI DA DITADURA MILITAR

INFORMATIONAL BORDER OF LESBIANITY FOR THE SNI OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Denise Braga Sampaio. UFBA.

Izabel França de Lima. UFPB.

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Apresenta os conceitos de limítrofe informacional e resistência informacional à luz dos estudos relacionados a gênero, sexualidade, informação e memória. Empreende a discussão a partir da vivência lésbica captada pelos olhos censores da Ditadura Militar (1964-1985), especialmente no Sistema Nacional de Informação (SNI). A documentação fora levantada no antigo órgão, enquanto fundo documental da plataforma Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Os 24 documentos recuperados revelam o olhar atento da Ditadura Militar às sexualidades não-heteronormativas, por meio do fichamento, vigilância e acompanhamento de atrizes sociais entendidas como subversivas. Utilizou-se a análise de conteúdo, de Laurence Bardin para melhor entendimento do conteúdo dos documentos, que revelam que a Ditadura Militar buscava, em primeira instância, apagar a comunidade e, em segunda, promover a imagem negativa destes corpos, empreendendo discursos fóbicos e utilizando-se da circulação de informação também de maneira fóbica e impedimento de circulação da informação produzida por esta comunidade (em forma de censura) com vistas a reforçar uma imagem negativa de mulheres lésbicas ou entendidas como lésbicas.

Palavras-Chave: Informação gênero-sexualidade. Lésbica - Ditadura Militar. Comportamento informacional.

Abstract: It presents the concepts of informational borderline and informational resistance in the light of studies related to gender, sexuality, information and memory. It undertakes the discussion from the lesbian experience captured by the censor eyes of the Military Dictatorship (1964-1985), especially in the Sistema Nacional de Informação (SNI). The documentation had been raised in the former body as a documentary background of the Platform Memórias Reveladas of the Arquivo Nacional. The 24 documents recovered reveal the military dictatorship's attentive view of non-heteronormative sexualities, through the registration, surveillance and monitoring of social actresses understood as subversive. We used the content analysis of Laurence Bardin to better understand the content of the documents, which reveal that the Military Dictatorship sought, in the first instance, to erase the community and, second, to promote the negative image of these bodies, undertaking phobic discourses and using the circulation of information also in a phobic way and impediment of circulation of information produced by this community (in the form of censorship) in order to reinforce a negative image of women lesbians or understood as lesbians.

Keywords: Gender-sexuality information. Lesbian - Military Dictatorship. Informational behavior.



1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar brasileira, gestada, instaurada e mantida entre as décadas de 1960 e 1980, fora um período de formação identitária, informacional, memorial e moral pautado na exclusão e subalternização de corpos dissidentes (negros, indígenas, LGBTQIA+, mulheres etc.). A lógica do estabelecimento de uma ordem moral como sinônimo de desenvolvimento e correção positiva da sociedade era o amálgama discursivo do regime que, em seu primeiro Ato Institucional (BRASIL, 1964), retira direitos políticos de seus opositores.

O conservadorismo, a militarização do Estado e o controle da produção e circulação de informações se tornam marcas da Ditadura Militar, traduzidas em uma ideologia de exclusão e da promoção de discursos bélicos e de apagamento da diversidade. Pensando nisso, tomamos por base os resultados da pesquisa desenvolvida no doutorado, questionando quais são os principais limítrofes informacionais perpetrados pela Ditadura Militar e valendo-nos dos objetivos: analisar os documentos do fundo do Serviço Nacional de Informação, na Plataforma Memórias Reveladas, e apresentar os conceitos de limítrofe informacional e *phobus* informacional.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para operacionalizar tal pesquisa, utilizamos a análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977), a fim de categorizar os limítrofes informacionais produzidos pela Ditadura Militar. Procedemos, com a pesquisa no fundo do Sistema Nacional de Informações (SNI), na plataforma Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. O SNI foi, para a Ditadura Militar, um órgão de informação e inteligência que ganhou força e notoriedade à medida em que o regime recrudescia. A partir dos mecanismos desencadeados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), tornou-se instrumento central na coleta, organização e apreciação de informações de pessoas, órgãos de comunicação e grupos sociais considerados subversivos. Entre esses grupos, está a própria comunidade LGBTQIA+. Assim, procedemos com os seguintes filtros, conforme expresso na figura 1.



Figura 1 - Passo a passo da busca/recuperação por termo



Última consulta foi realizada no dia 29 set. 2021.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Primeiramente, utilizamos os termos lésbica, sapatão e homossexual, para ter uma dimensão da temática na plataforma. Como último filtro optamos por documentos que continham o termo lésbica, no fundo do SNI e que fossem digitalizados, levando-se em consideração a dificuldade de acesso a documentos em outros suportes, em virtude do isolamento social ocasionado pela pandemia de covid-19 e, também, por limitações geográficas. Recuperamos, na plataforma Memórias Reveladas, um total de 24 registros que vão da década de 1970 a 1980. Apesar do golpe culminar no regime militar já em 1964, somente em 1973 aparece o primeiro registro com o termo. Cabe destacar, conforme afirma Inez Stampa (2011), que nem toda a documentação proveniente do período está em posse da plataforma, o que pode gerar lacunas e ser um limitante desta pesquisa. Após a coleta desta documentação, procedemos com a leitura e categorização por viés empreendido pela Ditadura, sobre corpos lésbicos, à luz dos estudos de gênero e sexualidade.



3 DITADURA MILITAR BRASILEIRA E DISPUTAS INFOR-MEMORIAIS

A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) fora instaurada a partir do discurso de restauração das bases políticas, morais e sociais do país, colocando-se como antagônica ao comunismo, à esquerda, à desordem e ao que os próprios militares, com amparo da classe empresarial, chamaram de república sindical (SOARES; D'ARAÚJO, 1994). Estes eram favoráveis ao reconhecimento, prestígio e aumento do poder simbólico militar, propalado por meio dos instrumentos legais criados a partir de 1964, iniciando-se com o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Para amparar as bases desse antagonismo que não tinham fundamento factual, mas meramente discursivo (SAMPAIO, 2021), a Ditadura Militar se valia de duas dimensões, uma pedagógica e, outra, saneadora (QUINALHA, 2017).

À dimensão saneadora competia o papel de vigilância, censura e construção das bases jurídicas, policiais e interventoras do regime, enquanto a dimensão pedagógica instrumentalizava as dinâmicas, discursos e vieses ideológicos que amalgamaram, na população, a ideia de que a Ditadura Militar era um movimento legal, necessário e importante para a manutenção da soberania brasileira. Não obstante, a redação de alguns dos atos institucionais iniciava com uma carta à nação ou ao povo brasileiro, reforçando a ideia de 'revolução gloriosa'. Essa dimensão pedagógica atuava especialmente nas produções e discursos, na disciplina de *Educação Moral e Cívica*, ofertada nas escolas à época, mas também a partir do apagamento de diversidades sociais que destoavam do que o regime considerava correto, moral ou normal. Havia um terreno de disputa entre essa amálgama ideológica da Ditadura Militar, que pretendia a construção de uma identidade una, nacional, e as identidades dissidentes, ligadas a perspectivas políticas, sociais, econômicas, étnico-raciais, sexuais, performáticas, artísticas etc. distintas (SAMPAIO, 2021; MISKOLCI, 2012).

Destacamos que existe uma relação indissociável entre a memória e a identidade que, conforme afirma Joel Candau (2019, p. 17), constroem, entre si, um processo dialético de conjugação e nutrição mútua, produzindo “[...] uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”. O ato memorialístico, neste sentido, evoca e fortalece as identidades e, por seu turno, o apagamento e o silenciamento de memórias se configura em instrumento de neutralização de um pluralismo identitário.

Nesse sentido, nos documentos, repousam não somente as atividades outrora executadas no decurso de uma atividade administrativa, mas expressam também as relações



de poder e perspectivas empreendidas por seus produtores (COSTA, 1997) que, em última análise, podem desencadear os ‘usos e abusos da memória’, por meio do impedimento, da manipulação e comando abusivo (RICOEUR, 2007), que se refletem nesses registros documentais. Essa compulsão, repetição, insuficiência e excesso de memórias perpassa pela vivência e sobrevivência de comunidades sub-representadas, como a LGBTQIA+ e, dentro desta, a comunidade lésbica, que intersecta as repressões de gênero, sexualidade e performance. No âmbito da Ditadura Militar brasileira, esta comunidade fora transpassada por tais violências memoriais e identitárias e resistiram produzindo, disseminando e articulando memórias subterrâneas, por meio da articulação coletiva e do registro desta articulação.

4 INFORMAÇÃO, LIMÍTROFE E *PHOBUS* INFORMACIONAL PARA A COMUNIDADE LÉSBICA

A informação, segundo Denise Sampaio (2021, p. 18), “[...] é seiva [e produto] da comunicação, dos processos dialógicos e estes são o cerne da constituição e cristalização das memórias”. É importante destacar que essas informações e seu fluxo são perpassados por regimes de poder e de informação, que garantem o reavivamento, preservação ou apagamento de tais memórias. Além disso, a circulação da informação é princípio fundamental para o exercício da cidadania, dando a possibilidade das pessoas cumprirem com seus deveres, reivindicarem seus direitos civis, políticos e sociais (TARGINO, 1998) e se empoderarem (SAMPAIO, 2021)

A informação, neste sentido, é um instrumento de poder que circula por meio do registro e de sua comunicação (circulação), tendo como unidade fundamental a palavra. Não à toa, a Ditadura Militar tem uma relação estreita com o binômio informação e poder, ao destacar o SNI como um de seus órgãos-chave, para coordenar as atividades de informação e contrainformação e vigiar opositores com o discurso de garantir a segurança nacional. Esse binômio enreda o que Iclea Thiesen (COSTA, 1997, p. 9) entende por ‘jogos de informação’, na medida em que estes jogos fomentam práticas discursivas dinâmicas que se desencadeiam em lembranças, esquecimentos e silêncios arbitrários, por meio do que as instituições produzem, circulam e censuram, em termos documentais (COSTA, 1997; SAMPAIO, 2021). O SNI era responsável pela coleta, avaliação e integração de informações que subsidiaram o presidente da república e o Conselho de Segurança Nacional, mas também por promover a difusão de informações consideradas pertinentes pelo alto comando da Ditadura Militar.



Precisamos destacar, antes de entremear nos dados desta pesquisa, que o Brasil da Ditadura Militar era o Brasil da tríade ‘Deus, pátria e família’ expressa nas marchas da ‘família com Deus, pela liberdade’ promovidas pelos setores empresariais, militares, conservadores e pela CIA (GASPARI, 2014; SEGATTO, 2014; MENDES, 2005; CORSI, 2010), que ajudaram a imprimir a ideia de insatisfação e medo do governo janguista.

Um dos principais discursos interpelados pelo golpe de 1964 - e que perdurou por todo o regime, deixando resquícios discursivos até os dias de hoje - fora a ideia de ameaça comunista, mas, além dela, o discurso moral atingiu outras comunidades e identidades, como foi o caso de LGBTQIA+ (GREEN; QUINALHA, 2018; MISKOLCI, 2012; TREVISAN, 2018), entendida como ameaça a ser apagada. Esse entendimento consoa com a ideia das sexualidades não-heterossexuais como dissidentes, ora encaradas como patológicas, ora como delitivas.

A não permissão de existência ao corpo LGBTQIA+, na Ditadura Militar, se configurava na criação de leis de interdição de circulação destes corpos em espaços de produção de sentido e do exercício do poder. O Art. 59 do Decreto Lei 3.688 (BRASIL, 1941), que instituiu o crime de vadiagem, fora usado como instrumento da Ditadura Militar para prender pessoas LGBTQIA+. Mesmo que o referido dispositivo legal não citasse pessoas LGBTQIA+ em sua redação, estas eram, no campo discursivo da época, entendidas como vadias e dadas à ilicitude. Além deste dispositivo, a Ditadura Militar, por meio da Comissão de Investigação Sumária nº 69 (CIS69), instaurada no Ministério das Relações Exteriores, aposentou compulsoriamente “[...] sete diplomatas e seis servidores administrativos, sob a alegação de homossexualismo, sugeriu a submissão de exames para comprovação de condutas homossexuais a dez diplomatas e dois servidores [...]” (MELITO, 2014). Constatamos, levando em consideração os dois dispositivos apresentados, que o regime militar entendia pessoas LGBTQIA+ como patológicas (a exemplo do sufixo *ismo* para se referir a homossexuais), amorais e vadias, mas, ela própria, estabeleceu os mecanismos de impedimento do labor desta comunidade. Além do CIS69, a censura e as rondas policiais tratavam de apagar LGBTQIA+ (GREEN; QUINALHA, 2018).

Às mulheres lésbicas, a Ditadura militar empreendeu ações direcionadas e articuladas na perspectiva de silenciar suas vozes e neutralizar os grupos sociais surgidos e articulados à época. Pode-se afirmar – levando em consideração a identidade nacional que se propunha



masculina, branca, militar e cristã (MISKOLCI, 2012) – que a perseguição a mulheres lésbicas residia na interseção entre o machismo, a misoginia, o falocentrismo, o androcentrismo e o *phobus* às sexualidades consideradas dissidentes (SAMPAIO, 2021).

A Ditadura Militar tentou coibir a [r]existência lésbica por meio da Operação Sapatão, organizada por Wilson Richetti e deflagrada nos anos 1980 (OLIVEIRA, 2017), prendendo cerca de 50 mulheres, no Estado de São Paulo; censurou obras que tratavam da temática lésbica, como foi o caso dos livros de Cassandra Rios, e usou a efetiva, ou suposta, lesbianidade de investigadas como agravante de suas condutas, tomadas como suspeitas. Em contrapartida, o movimento lésbico ganhou corpo, ao longo da Ditadura Militar, somando resistência a outros grupos organizados. O primeiro grupo voltado a sexualidades não-heterossexuais fora o SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, criado em 1978, originalmente chamado de Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais e, dentro deste, com o ingresso de mulheres e reivindicação da necessidade de discutir as pautas lésbicas, surgiu o subgrupo Lésbico-Feminista (LF). Várias articulações políticas do campo da sexualidade eclodiram no país, e veículos alternativos de circulação de informações e notícias, como o *Lampião da Esquina* e o *Chanacomchana* (PINAFI, 2015; TREVISAN, 2018).

5 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com o levantamento feito na plataforma Memórias Reveladas, no ano de 2021, compreendendo os documentos datados de 1964 a 1985 (período de vigência da Ditadura Militar), pode-se perceber que os anos 1970 e 1980 foram emblemáticos para a comunidade LGBTQIA+, incluindo-se a própria comunidade lésbica. Ao todo, foram recuperados 571 documentos em 17 fundos, com destaque para o SNI e para o DCDP/SCDP. Destes, 87 traziam em seu conteúdo algo relacionado a lésbicas, sendo 24 documentos recuperados no SNI. Há, portanto, um primeiro filtro, temporal, conforme visto, mas há também outro, ligado à sexualidade dos atores e atrizes sociais citados nos documentos. É preciso, no entanto, fazer uma ressalva. As pessoas citadas nos documentos não se autodeclararam, de maneira expressa, lésbicas. Elas eram apontadas pelos militares e por pessoas por eles ouvidas, como tal. Pode-se, neste sentido, entender primariamente que a sexualidade era, portanto, acusada, não assumida como traço identitário.

Para viabilizar a análise, e levando em consideração que os documentos selecionados apresentavam similitudes e diferenças, construiu-se duas nuvens de tags (figuras 1 e 2) que



compreendem as décadas de 1970 e 1980. A separação por década fora feita por se compreender a natureza e o teor dos documentos recuperados, que denotam uma diferença de tratamento do SNI, em relação às atrizes sociais lésbicas ou lidas, pela ditadura, como lésbicas. Vale destacar, conforme Denise Sampaio (2021, p. 108), que o SNI funcionava “[...] como os olhos e os ouvidos da Ditadura Militar, sob a justificativa de atender às prerrogativas da segurança nacional [...]”.

Na década de 1970, fora possível recuperar 75 documentos, havendo um pico de registros entre os anos 1975 e 1978, sendo o ano de 1977 o de maior número de registros (14 ao todo). Destes 14, 6 eram do SNI. Segundo Rafael Freitas Ocanha (2014), entre os anos de 1976 e 1982, a Ditadura Militar atuou de maneira contundente contra pessoas LGBTQIA+ e prostitutas, operacionalizando os já citados rondões, na cidade de São Paulo, com destaque para as ações empreendidas pelo delegado Richetti e, o também delegado, Guido Fonseca.

Em razão do reforço de políticas austeras desta natureza e da higienização social, mulheres lésbicas eram lidas, pela Ditadura Militar, como ameaça. Discursivamente, a ideia de orientação política de esquerda, vadiagem, marginalidade, confidencialidade, clandestinidade, ou anormalidade, eram as principais relações estabelecidas, pelo regime, com essas mulheres, sendo sua lesbianidade lida como agravante de seus perfis ‘subversivos’. A figura 1 traz as principais palavras recuperadas nas documentações encontradas.



Figura 1 - Nuvem de tags da lesbianidade nos anos 1970



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Destaca-se, entre as palavras, na parte superior da nuvem, os termos *lésbica*, *amante*, *machorra* e *lesbianismo* que tratam de enclausurar a identidade *lésbica* em relacionamentos extraconjugais (ou não reconhecidas como oficiais), patologia (pelo emprego do sufixo *ismo*) e a suposta incapacidade reprodutiva, no termo *machorra*. Vale destacar que, logo abaixo, alguns termos ligam a mulher *lésbica* à figura materna, mas tal documento (uma matéria jornalística), figurava no material coletado somente como um documento anexo, não como algo produto da própria Ditadura.

Já do lado esquerdo da nuvem, pode-se notar o enxergar político da Ditadura Militar sobre a mulher *lésbica* em termos como *oposição*, *intelectual esquerdista*, *comunista*, *subversiva*. Como já dito, o termo *lésbica* estava para os opositores da ditadura militar como uma espécie de agravante de suas condutas, lidas pelo regime como condenáveis.

Do lado direito da nuvem de tags, os termos *anormal*, *conduta inadequada*, *reputação* e *expurgada* revelam a ideia de que o corpo *lésbico* é um corpo patologizado, inadequado e abjetável. Complementarmente, a parte inferior da nuvem de tags da figura 1 mostra a lesbianidade associada ao uso de drogas, o que reforça essa ligação empreendida pela ditadura de associar a mulher *lésbica* a condutas inadequadas. Assim sendo, pela nuvem de tags e pelos documentos recuperados, pode-se afirmar que a lesbianidade era discursivamente empreendida pela Ditadura Militar como vadia, marginal, subversiva,



agravante, confidencial, clandestina e anormal. Para fins ilustrativos, apresenta-se, abaixo, um quadro com alguns trechos que demonstram essas concepções.

QUADRO 1 - Limítrofes informacionais da Ditadura Militar para a lesbianidade

Limítrofe	Discursos encontrados nos documentos
Vadiagem	“No meio social, aliado a este fato, soma-se a conduta de sua filha Elizabeth Reis que é tida como lésbica e acompanha-se sistematicamente de homossexuais e pessoas de péssimos antecedentes , razões que expõe seu genitor ao ridículo público, situação que pode ser explorada no próximo pleito” (grifos nossos). Doc. Apreciação do Gov. do Estado do Amazonas, 1975.
Subversão	“No dia 05 fev 76, a nominada [...] solicitou visto de saída do Território Nacional para dirigir-se a Portugal, conforme consta do requerimento já referido. É oportuno salientar-se que a nominada é irmã de Ana Maria França Gainer: DLN: 11 jul 47 em Santa Maria/RS, solteira, médica, residente à Rua Dante n. 576 em Santa Maria/RS, RG n. 112 33.533, a qual seria lésbica e, talvez dada a uso de tóxicos . Maria Beatriz Gaiger não possui antecedentes neste O.I.”.
Marginalidade	“Em 29 fev 72, a 2ª Seção da ID/4, expediu o PB n. 032/72, no qual solicitou a apuração de veracidade de denúncia contra o Instituto Brasileiro Eduardo Claraparedo – IBEC, de Belo Horizonte/MG, e orientadora do mesmo IBEC – Dra Aspásia – psicóloga e psiquiatra, culpando o Colégio e a epigrafada de favorecerem e incentivarem o vício da maconha e entorpecentes entre os alunos .
Agravante	“[...] que por comentários de outros colegas, tomou conhecimento das ligações amorosas entre Maria e a nominada; que Maria confidenciou este fato a Dejair (chefe de turma, agente P. Federal) e a Edgar (inspetor) os quais trabalhavam no referido aeroporto”. Doc. Sobre Dalbani.
Confidência	“A epigrafada [Aspásia] por muito tempo trabalhou na CF. atualmente, por ordem direta do Partido, afastou-se da militância porque sabe demais e sua prisão poderia comprometer bastante. É lésbica [...] Normalmente passa os fins de semana com a amante (Walderes Alvares de Freitas Vale) e o marido desta (Raul Otávio Amaral do Vale)”. Sobre Aspásia Pires – Militante do PCB
Clandestinidade	“Há um temor de que a mãe lésbica fará do filho homem um homossexual, que o castrará”. (Entrevista na Revista Sappho – mães lésbicas, 1975)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pode-se dizer, pelos trechos acima relacionados e pelas discussões empreendidas até então, que a Ditadura Militar, nos anos 1970, tentara empreender como limítrofes informacionais das mulheres lésbicas tais ideias, fazendo-as serem, primeiramente, invisibilizadas e, em um segundo momento, estereotipadas a partir da ideia de anormalidade, amoralidade, esterilidade, clandestinidade, vadiagem e subversão.

Já nos anos 1980, é possível afirmar com base na figura 2, que há uma mudança, não na forma como tais mulheres são enxergadas, mas no teor da documentação recuperada, que cristaliza a mudança de um status aparentemente passivo, mas na verdade, de lacuna de registros dessa comunidade como produtora, para um olhar mais atento da Ditadura em torno das produções desse corpo organizado lésbico, como movimento social articulado, que conflituava com essa passividade que a ditadura tentou imprimir, por meio da repressão.



Figura 2 - Nuvem de tags da lesbianidade nos anos 1980



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Foi justamente em 1980 que o LF passou a se chamar Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), e justamente neste ano, Wilson Richetti deflagrou a Operação Sapatão, cujo intuito era prender mulheres lésbicas nos bares Ferro's, Bichiguinha e Cachação, localizados na cidade de São Paulo, conforme apresenta o Tomo I, parte II do Relatório da Comissão Estadual de São Paulo. A deflagração de tal operação, bem como outras ações da Ditadura Militar contra lésbicas ensejou nestas mulheres a vontade e necessidade de se defenderem coletivamente. Neste cenário, o papel informacional, memorial e identitário do Chanacomchana (jornal independente produzido pelo GALF), pode ser afirmado. Foi por meio deste jornal/boletim, que mulheres lésbicas de São Paulo se informaram, reivindicaram e constituíram registros de memória de resistência frente à Ditadura Militar. A informação, formação e memorialização destas mulheres ameaçava a hegemonia da Ditadura, que respondia com mais censura e repressão, conforme já sinalizado por Ocanha (2014), especialmente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.



Os 1980 são marcados pela eclosão do movimento LGBTQIA+. Isso se reflete nos documentos coletados e produzidos pelo SNI. A maior parte da documentação recuperada, nos anos 1980, trata de recortes jornalísticos, informes de reuniões destes grupos organizados, cartas e alguns documentos como informes e fichas de perfis os quais a Ditadura observava. Assim, da primeira para a segunda nuvem de tags, tanto uma maior diversidade de termos como novas concepções a respeito da lesbianidade passa a circular na documentação do SNI. Não no sentido de um novo entendimento da Ditadura Militar sobre estes corpos, mas na perspectiva de coletar informações para melhor entender como as organizações estavam se articulando.

Há um limite informacional e articulação da época que esbarra nas terminologias. Por vezes, a terminologia violenta é, em certos momentos da militância, a única forma de representação até que se vá por dois caminhos possíveis: o primeiro deles, amparado pela informação, de busca de terminologias mais apropriadas aos anseios daquele grupo social e, a segunda, a resignificação, como foi o que ocorreu com o termo 'sapatão'. O termo homossexualismo parte do pressuposto de que sexualidades não heterocentradas são patológicas ou desvios de comportamento, enquanto o termo opção sexual dá a entender que as sexualidades são escolhas conscientes, não variações inatas do comportamento humanos.

A criação de veículos como o Chanacomchana e o Lampião da Esquina mostram a necessidade da transposição do limite informacional, pois é na transposição que tais corpos tem a possibilidade de novas epistemes. Neste sentido e levando o que fora exposto na nuvem e na discussão sobre a diferenciação entre as décadas de 1970 e 1980, que se traz o quadro 2, a respeito da transposição dos limítrofes informacionais e criação de resistência.

QUADRO 2 - Acepções da lesbianidade enquanto coletividade na Ditadura Militar

Termos	Acepções	Discurso coletado pelo SNI
Segregação, machismo, preconceito, Lésbica	Instrumentos e táticas limitantes. Termo ambivalente	"Elas estão entre as pessoas mais segregadas numa sociedade machista e preconceituosa . São oprimidas por serem lésbicas e por serem homossexuais . Talvez por isso, por enfrentarem problemas tão difíceis, as lésbicas (como gostam de se chamar para esvaziar uma palavra carregada de conotações pejorativas) estivessem entre as mais ativas organizadoras do 3º Congresso da Mulher Paulista".
Assumir, Papel tradicional	Limítrofes informacionais	Na base de seu conflito talvez estivesse a educação repressiva e violenta numa família pobre [...] e a descoberta, aos 13, 14 anos, de suas tendências homossexuais. 'É muito difícil para 'assumir' porque é quando todos estão esperando que você adore o papel tradicional' , ela explica.



Franchona Entendido	Limítrofe informacional Resistência limítrofe	“Quando ela finalmente se ‘assumiu’, ela incorporou também o estereótipo masculino, no que tem de mais caricatural [...] só conseguiu deixar de ser ‘franchona’ (mulher travestida de homem, na gíria dos ‘entendidos’) quando seus conflitos econômicos e emocionais ficaram mais resolvidos”.
Erotização da subversão Grupo lésbico Movimento lésbico Feminismo como ideologia de transformação radical da sociedade Quebra de estereótipo Contrariar padrões	Sexo como instrumento Movimento organizado como espaço de mudança social Ruptura sistêmica	“CHANACOMCHANA, o primeiro jornal lésbico do Brasil declara: por uma prática de erotizar a subversão. A adesão de mulheres lésbicas no movimento feminista de S. Paulo tem origem a partir de maio de 1979. (...) Em outubro de 1980 foi formado um novo grupo lésbico, Terra Maria – Opção Lésbica, que veio enriquecer o Movimento e já em novembro, junto com a Ação Lésbica Feminista, participaram da Coordenação do III Congresso da Mulher Paulista (...) Por fim, foi lançado neste Congresso, ‘com muito orgulho’, o primeiro jornal no Brasil – O CHANACOMCHANA. Este jornal, composto e editado por lésbicas organizadas e independentes, está aberto a qualquer colaboração/ que possa vir a enriquecê-lo. Com uma concepção absolutamente/ nova e ousada, temos aí o Movimento Lésbico com propostas de quebrar estereótipos, contrariar todo e qualquer tipo de padrões estabelecidos, acreditar no feminismo como a ideologia de transformação radical da sociedade e com uma prática de erotizar a subversão” (grifos do relator).
Libertação do sentimento de inferioridade Troca de informações Criação de centros culturais, biblioteca, cineclube Debates	conscientização de como opera a hegemonia sobre os sentimentos Informação como instrumento de resistência e formação. Espaços de produção de sentido como fomento à resistência. Trocias coletivas	“Nós somos um grupo de feministas que vem, desde 1979, desenvolvendo um trabalho com mulheres lésbicas no sentido de informá-las e conscientizá-las de seus direitos e da importância da luta contra a discriminação [...] Entre os objetivos, o grupo destaca a ‘manutenção de um espaço diferenciado dos ‘guetos’ (bares e boates lésbicas) onde possamos desenvolver um processo de libertação dos sentimentos de inferioridade que interioramos enquanto mulheres homossexuais; realização de uma nova práxis interna, onde, através de um questionamento constante da hierarquia e de suas causas entre nós (diferenças de classe, cor, informação, capacidade de discursos, tempo de militância, beleza, carisma etc.) procuramos não reproduzir [...]; o contato com associações congêneses [...] com o intuito de trocar informações [...]; criação de um centro cultural, formação de uma biblioteca, articulação de um cineclube e promoção de debates sobre sexualidade e feminismo” .

Fonte: Dados da pesquisa (2021, grifos nossos).

Pode-se dizer, a partir dos dois quadros e das nuvens de *tag*, que os anos 1980 foram marcados por uma maior articulação do movimento lésbico e entendimento de que esta articulação era importante para a sobrevivência individual e coletiva destas mulheres, de suas epistemes e de seus afetos, perpassando pela informação como instrumento de contrapoder. Neste sentido, pode-se afirmar que a informação enreda em si uma ambivalência política ligada ao exercício hegemônico e ao exercício subterrâneo (resistente) de poder, que incide no dispositivo da sexualidade.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que não existe informação expropriada do seu sentido, logo, a informação, dotada de palavras que fazem sentido, expressa regimes de verdade que podem ser hegemônicos ou contra-hegemônicos.

Assim, a informação tem valor farmacológico no campo social. A depender de sua administração, pode gerar silenciamentos, mas também promover o empoderamento de categorias subalternizadas. Os documentos sensíveis que foram frutos das atividades censórias e informacionais (de repressão) da Ditadura Militar, com a abertura e os trabalhos da justiça transicional, com o amparo da CNV, trazem luz a uma nova perspectiva de uso de tais documentos, agora, permanentes. O que antes servia de controle, hoje serve para desvelar o *modus operandi* de tal regime e, especialmente, promover um novo olhar sobre as comunidades sub-representadas. A sub-representação é perpassada pelos regimes de verdade e de informação a que dada sociedade é submetida e incide diretamente na constituição de limítrofes informacionais, que seriam o limiar deste insumo, que impacta na geração de conhecimentos e impacta, também, nos modos de perceber e na produção de sentido de dada comunidade ou sociedade. As práticas de insurgência, de resistência, de comunidades sub-representadas têm a potência de transpor tais limítrofes, gerando uma espécie de resistência informacional. O papel da informação, para essas comunidades é vital para sua existência, e elas têm consciência disso, sobretudo quando conclamam seus partícipes a construir espaços de socialização e informação (como bibliotecas, museus, centros culturais...).

Ressaltamos que o empreendimento de impedimento de circulação de informação impacta na constituição das memórias e epistemes lesbianas (e LGBTQIA+), pois o estigma fez muitas destas mulheres deixarem de registrar e expor suas vivências, as empreendendo majoritariamente no campo da clandestinidade. São os encontros com os movimentos de resistência que quebram tal silêncio e fazem circular a informação e, conseqüentemente, quebram os limites informacionais estabelecidos.



REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. [Memórias reveladas]: institucional. Brasília: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 161 f. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CORSI, Francisco Luiz. As estratégias de desenvolvimento: 1945-1960. In: PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**: a ditadura envergonhada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (orgs.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2018.

MELITO, Leandro. Itamaraty perseguiu funcionários homossexuais durante a ditadura, aponta Comissão da Verdade. **EBC**, Cidadania, 15 dez. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/12/itamaraty-perseguiu-funcionarios-homossexuais-durante-ditadura-aponta-comissao-da>. Acesso em: 26 maio 2022.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de março" das direitas. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 234-249, 2005.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

OCANHA, Rafael Freitas. **'Amor, feijão, abaixo camburão'**: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12830/1/Rafael%20Freitas%20Ocanha.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, p. 06-19, maio-out. 2017. Disponível em:



<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acesso em: 7 maio. 2021.

PINAFI, Tânia. **História do movimento de lésbicas no Brasil: lésbicas contra a invisibilidade e o preconceito**. S.l.: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan_Honorio_Quinalha.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: ed. Unicamp, 2007.

SAMPAIO, Denise Braga. **A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação**. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2021.

SEGATTO, José Antônio. **Crise política e derrota da democracia**. In: VALLE, Maria Ribeiro do. **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. (org.). **21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

STAMPA, Inez. **Memórias Reveladas e os arquivos do período da ditadura militar**. **ComCiência**, Campinas, n. 127, abr. 2011. Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000300012&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 22 jun. 2021.

TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Brasília, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.